

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO EMPRO – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

3º QUADRIMESTRE DE 2018

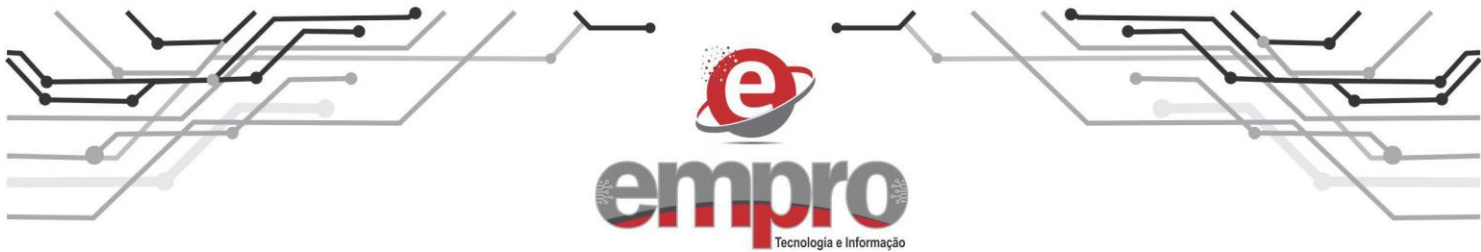
PREÂMBULO

1. Este relatório está fundamentado legalmente na Lei Municipal nº 474, de 22 de Junho de 2015, que implantou o Sistema de Controle Interno no âmbito da Administração Direta e Indireta de São José do Rio Preto/SP, e na Resolução nº 01/2015 e Resolução nº 001/2016, que regulamentaram o Sistema de Controle Interno da EMPRO Tecnologia e Informação, de modo que passarei nas linhas seguintes a emitir os pontos de análise do **3º Quadrimestre do ano de 2018**, da referida empresa pública, conforme a Legislação vigente e as orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
2. O trabalho do Sistema de Controle Interno teve por foco a aferição *in loco* de dados e informações prestadas pela Divisão Administrativa e Divisão Técnica da EMPRO, por meio dos seus respectivos Controladores Setoriais, bem como o exame de documentos e dados das respectivas divisões, elaborando pesquisas quantitativas e qualitativas, a fim de cumprir a Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial da empresa.

RELATÓRIO FINAL

1. PLANEJAMENTO e EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Atividades de controle: análise da discussão e elaboração do orçamento da EMPRO, dividindo o controle nos seguintes segmentos: planejamento adequado,



avaliação dos programas e projetos, acompanhamento e resultado da execução orçamentária no período.

Conforme as diligências, análises e verificações realizadas nos documentos da empresa, a execução orçamentária no **terceiro quadrimestre de 2018** revelou algumas disparidades, mas que não chegaram a comprometer a gestão da empresa, de modo que alguns pontos merecem e serão comentados e pontuados visando às orientações necessárias aos gestores responsáveis, no sentido de tomar precauções e cautela para melhorar e aperfeiçoar a execução orçamentária. Para a realização das análises, também foram consideradas as receitas e despesas relativas ao Parque Tecnológico de São José do Rio Preto, uma vez que a EMPRO é gestora do Parque em decorrência do Acordo de Cooperação n°. 001/2017SEMPPLAN, e os resultados são apresentados e publicados na Demonstração do Resultado do Exercício da EMPRO, mês a mês. Em virtude do encerramento do exercício de 2018, também foi realizado um balanço geral. Para um melhor entendimento e compreensão dos dados, foram utilizados gráficos para auxiliar na visualização da informação.

A Receita Líquida Média neste terceiro quadrimestre de 2018 ficou acima do valor médio da Receita Líquida Provisionada. Segue gráfico demonstrando a evolução da Receita Líquida verificada ao longo do exercício de 2018.



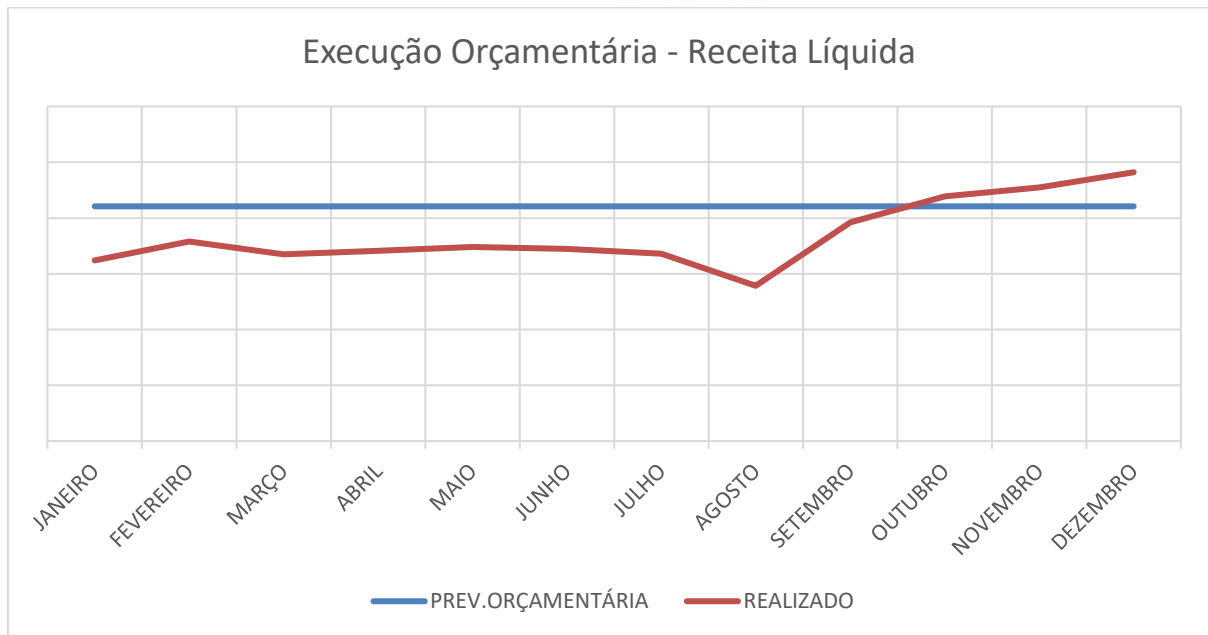


Gráfico 1 – Evolução Anual da Receita Líquida

É possível observar pelo gráfico que a Receita Líquida, durante os meses que compreendem os dois primeiros quadrimestres do exercício de 2018 esteve abaixo da linha do valor provisionado para o exercício; ainda durante o mês e setembro de 2018 a Receita Líquida esteve abaixo do valor provisionado para o mês; somente a partir do mês de outubro a Receita começou a se elevar e ficar acima do valor provisionado. Nota-se, portanto, uma frustração no valor da Receita Líquida auferida em grande parte do exercício, incluindo-se as receitas obtidas com o Parque Tecnológico de São José do Rio Preto e que não puderam ser previstas quando da elaboração do orçamento em setembro de 2017 para o exercício de 2018.

Com relação ao fato de a Receita Líquida nos dois primeiros quadrimestres de 2018 estar abaixo do valor provisionado, foi justificado, em relatórios anteriores, pela Diretoria Administrativa que a redução do faturamento decorreu do reequilíbrio de despesas dos clientes da EMPRO, e a Receita Líquida Média esteve abaixo da

média provisionada de forma considerável em virtude de motivos que fugiam ao controle da empresa.

Como balanço anual, verifica-se que a Receita Líquida no exercício de 2018 correspondeu a aproximadamente **87,77%** (oitenta e sete inteiros e setenta e sete centésimos por cento) da Receita Líquida provisionada para todo o exercício, e a Receita Bruta (incluindo as Receitas do Parque Tecnológico) corresponderam a aproximadamente **86,79%** (oitenta e seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento) da Receita Bruta provisionada para o exercício.

A imagem abaixo demonstra um comparativo do crescimento percentual da Receita Bruta e Receita Líquida dos últimos 03 (três) anos.

COMPARATIVO DO CRESCIMENTO PERCENTUAL DA RECEITA BRUTA (REC.BRUTA + REC. FINANCEIRA) NOS ANOS DE 2016, 2017 E 2018.



Imagem 1 – Comparativo de crescimento da receita bruta nos últimos 03 anos

É possível observar na imagem que a Receita Bruta de 2017 cresceu aproximadamente 4,33% (quatro inteiros e trinta e três centésimos por cento) em relação à Receita Bruta do ano de 2016 e a Receita Bruta de 2018 cresceu 4,80%

(quatro inteiros e oitenta centésimos por cento, incluindo as receitas com o Parque Tecnológico).

COMPARATIVO DO CRESCIMENTO PERCENTUAL DA RECEITA LÍQUIDA (REC.BRUTA + REC. FINANCEIRA – DEDUÇÕES DE RECEITAS) AUFERIDA NOS ANOS DE **2016, 2017 E 2018.**

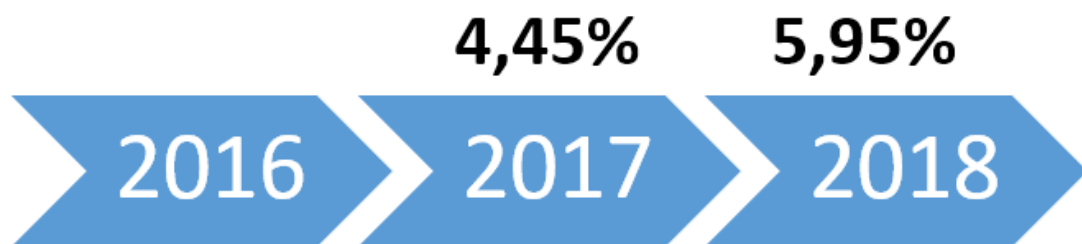


Imagem 2 – Comparativo de crescimento da receita líquida nos últimos 03 anos

É possível observar na imagem que a Receita Líquida de 2017 cresceu aproximadamente 4,45% (quatro inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) em relação à Receita Líquida do ano de 2016 e a Receita Líquida de 2018 cresceu 5,95% (cinco inteiros e noventa e cinco centésimos por cento), incluindo as receitas com o Parque Tecnológico) em relação ao ano anterior.

Todos os Direitos Reservados

Com relação à Dedução de Receitas, neste terceiro quadrimestre de 2018, temos que a Dedução Média das Receitas ficou abaixo da média de deduções de receitas provisionadas (foram consideradas as deduções de receitas com o Parque Tecnológico de São José do Rio Preto). Segue abaixo o gráfico que demonstra a evolução da Dedução de Receitas ao longo do exercício de 2018.

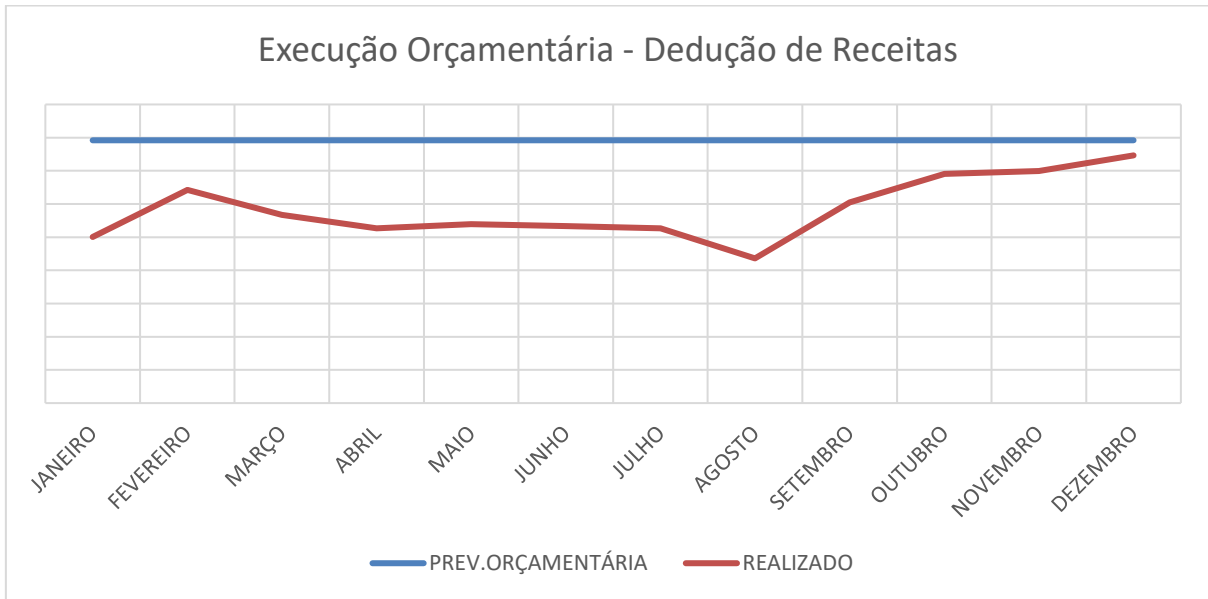


Gráfico 2 – Evolução Anual da Dedução de Receitas

No gráfico é possível observar que durante todos os meses do exercício de 2018 a dedução de receitas ficou abaixo do valor provisionado (incluindo as deduções de receitas com o Parque Tecnológico de São José do Rio Preto), consequentemente a sua média também. Observa-se neste último quadrimestre (setembro, outubro, novembro e dezembro) que a dedução passou a ter um aumento em virtude do crescimento de receitas.

Tecnologia e Informação

Todos os Direitos Reservados

Como balanço geral anual, a Dedução de Receitas (incluindo as deduções de receitas do Parque Tecnológico de São José do Rio Preto) realizada no exercício de 2018 correspondeu a aproximadamente **73,80%** (setenta e três inteiros e oitenta centésimos por cento) do valor provisionado para o todo o exercício.

No tocante às despesas com pessoal, neste quadrimestre elas ficaram abaixo do valor provisionado. Segue abaixo o gráfico que demonstra a evolução das Despesas com Pessoal ao longo de todo o exercício de 2018.

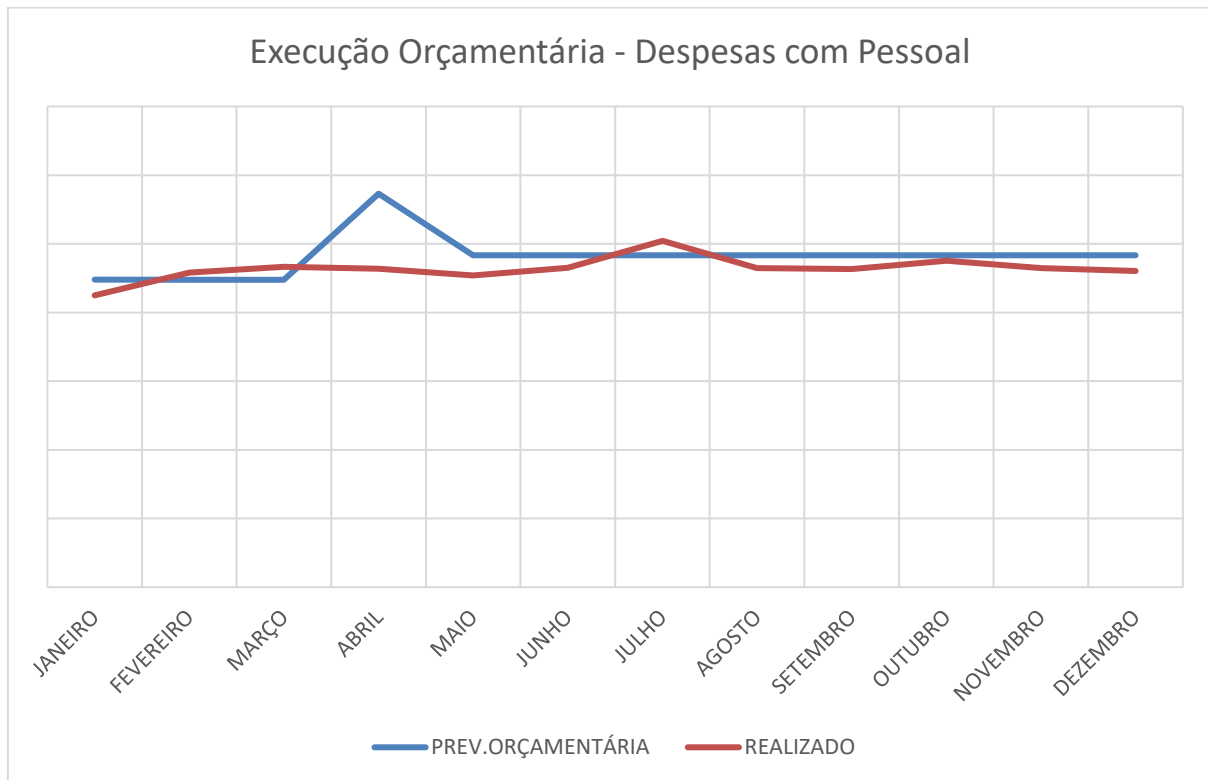


Gráfico 3 – Evolução Anual das Despesas com Pessoal

É possível observarmos pelo gráfico que, de maneira geral, as despesas com pessoal acompanharam os valores provisionados (linhas do gráfico).

Como balanço geral anual, temos que as Despesas com Pessoal corresponderam a aproximadamente a **96,24%** (noventa e seis inteiros e vinte e quatro centésimos por cento) do valor total de despesas com pessoal provisionadas para o exercício de 2018.

Sobre os Encargos Sociais, eles se mantiveram abaixo do valor provisionado para o quadrimestre. Especialmente no mês de novembro (se observarmos pelo gráfico abaixo), nota-se uma queda acentuada nos encargos sociais, fato este em decorrência da desoneração da folha de pagamento (Lei 12.546 de 14/12/2011 –

incisos I e II do § 1º do artigo 9º) relativamente ao 13º salário. Segue abaixo o gráfico demonstrando a evolução dos encargos sociais ao longo de todo o exercício de 2018.

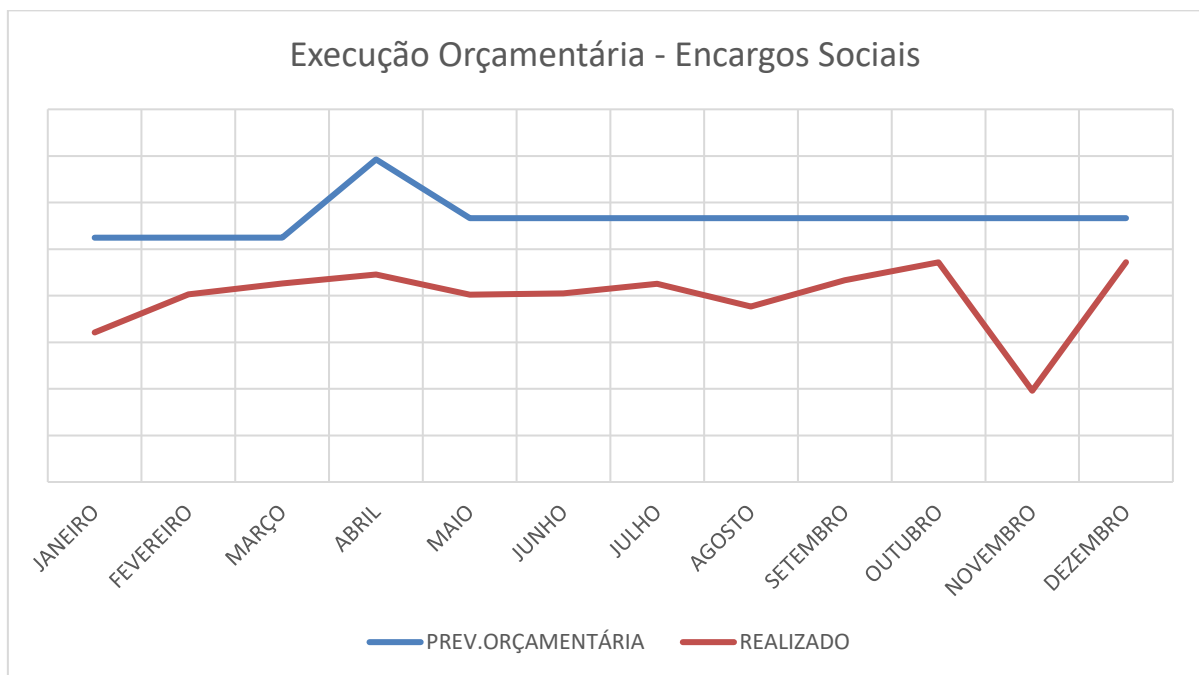


Gráfico 4 – Evolução anual dos Encargos Sociais

É possível observarmos pelo gráfico que, durante todos os meses do ano, os encargos sociais estiveram abaixo do valor provisionado.

Como balanço geral anual, os encargos sociais corresponderam a **70,26%** (setenta inteiros e vinte e seis centésimos por cento) do valor provisionado para todo o exercício de 2018.

Os Custos Diretos/Indiretos mantiveram-se acima do valor provisionado, segue abaixo gráfico demonstrando a evolução dos Custos Diretos e Indiretos ao longo do exercício de 2018.

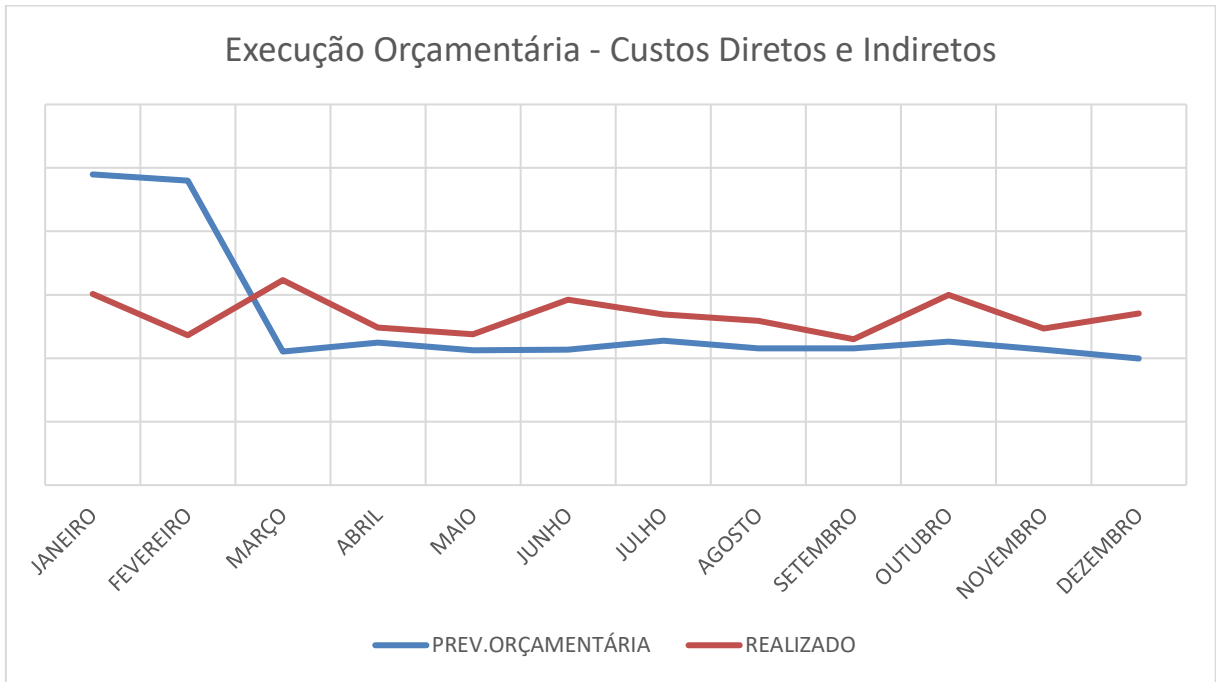


Gráfico 5 – Evolução Anual dos Custos Diretos e Indiretos

É possível observarmos pelo gráfico que somente nos meses de janeiro e fevereiro os custos estiveram abaixo do valor provisionado; a partir do mês de março até o final do exercício de 2018 os custos estiveram acima do valor provisionado.

Como balanço geral anual, temos que os Custos Diretos e Indiretos representaram aproximadamente **102,77%** (cento e dois inteiros e setenta e sete centésimos por cento) do valor provisionado para todo o exercício de 2018, ou seja, uma majoração de **2,77%** (dois inteiros e setenta e sete centésimos por cento) sobre o valor provisionado.

As Despesas Administrativas (incluindo as despesas do Parque Tecnológico de São José do Rio Preto) mantiveram-se acima do provisionado. O gráfico abaixo demonstra a evolução das despesas administrativas ao longo do exercício de 2018.

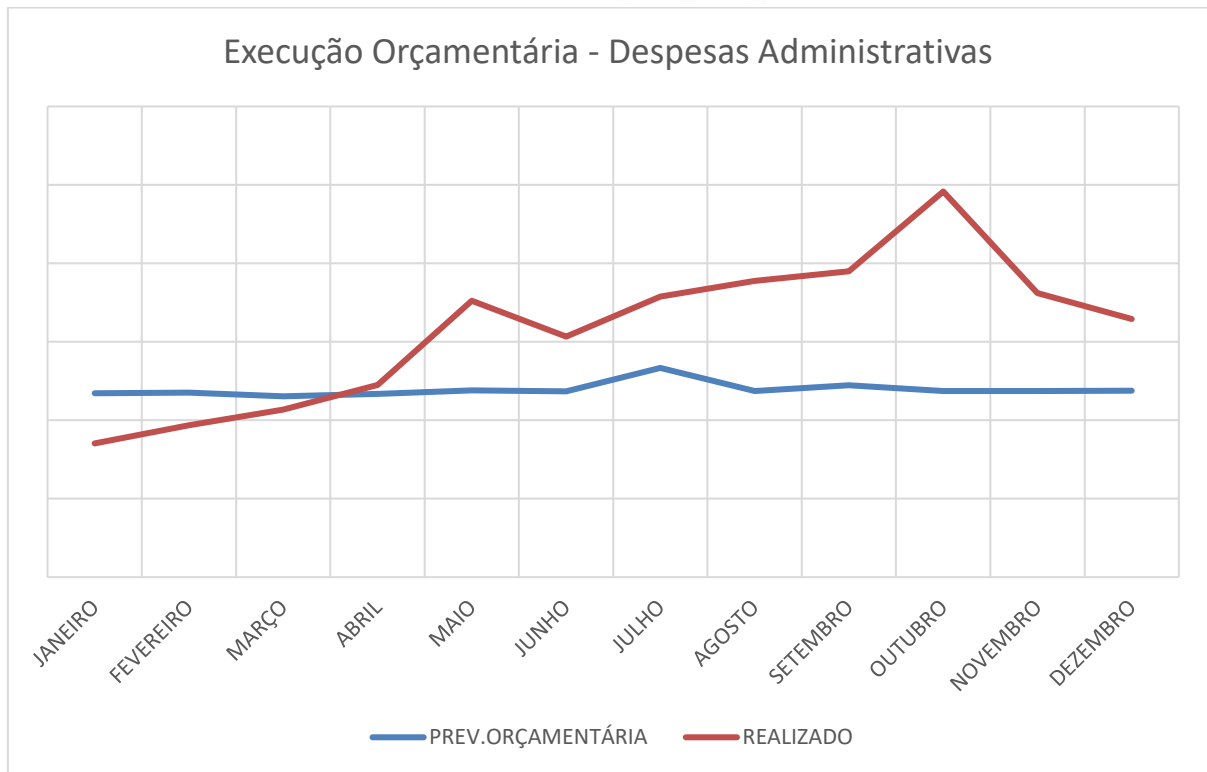


Gráfico 6 – Evolução Anual das Despesas Administrativas

É possível observar que as despesas administrativas estiveram abaixo do valor provisionado apenas nos meses de janeiro, fevereiro e março. A partir do mês de abril, até o final do exercício de 2018, as despesas administrativas estiveram acima do valor provisionado.

Todos os Direitos Reservados

Como balanço geral anual, as despesas administrativas representaram aproximadamente **132,04%** (cento e trinta e dois inteiros e quatro centésimos por cento) do total de despesas administrativas provisionadas para o exercício de 2018, ou seja, uma majoração de **32,04%** (trinta e dois inteiros e quatro centésimos por cento) do valor provisionado.

Realizando uma análise mais detalhada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) acumulado da EMPRO, publicado mensalmente, acerca das despesas administrativas, que correspondem às despesas gerais, tributárias e financeiras, destaca-se a conta Despesas Gerais, onde foi realizado comparativo dos últimos 03 (três) anos (**2016, 2017 e 2018**). Tendo como resultado:

Despesas Gerais

- Para o exercício de **2017**, em relação ao exercício de **2016** foi apurado um aumento na conta de despesas gerais de aproximadamente **9,39%** (nove inteiros e trinta e nove centésimos por cento);
- Para o exercício de **2018**, em relação ao exercício de **2017** foi apurado um aumento na conta de despesas gerais de aproximadamente **47,89%** (quarenta e sete inteiros e oitenta e nove centésimos por cento);



Imagem 3 – Representação do comparativo da conta despesas gerais – DRE Todos os Direitos Reservados

Para auxílio aos gestores, a seguir acrescentamos, com base no princípio de Pareto, representação da regra 80/20 para identificação das despesas gerais que representam 80% das despesas da empresa.

Princípio de Pareto (80/20) - Despesas Gerais

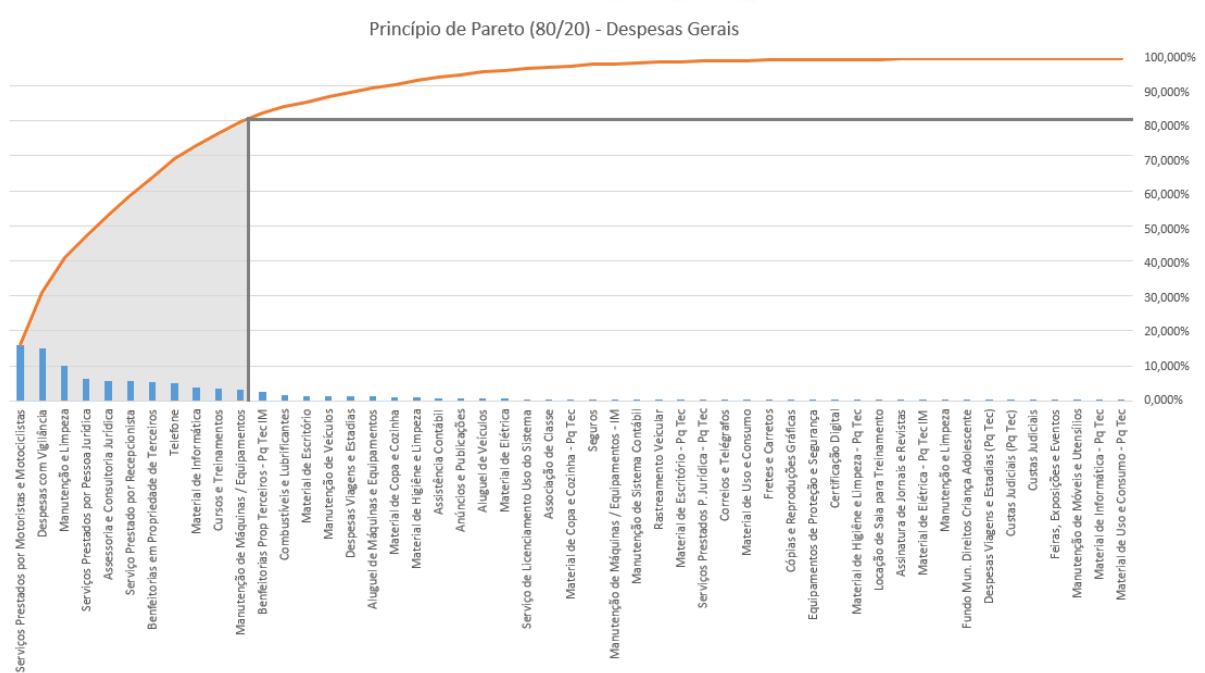


Imagem 4 – Gráfico representativo do princípio de Pareto para demonstração das despesas gerais mais representativas

Segue abaixo tabela com o demonstrativo das despesas destacadas na área em cinza do gráfico acima:

Despesas Gerais	% do acumulador geral	% representação individual
Serviços Prestados por Motoristas e Motociclistas	16,392%	16,392%
Despesas com Vigilância	31,758%	15,366%
Manutenção e Limpeza	41,987%	10,229%
Serviços Prestados por Pessoa Jurídica	48,327%	6,340%
Assessoria e Consultoria Jurídica	54,232%	5,905%
Serviço Prestado por Recepcionista	59,997%	5,765%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	65,491%	5,494%
Telefone	70,607%	5,116%
Material de Informática	74,588%	3,981%
Cursos e Treinamentos	78,150%	3,561%
Manutenção de Máquinas / Equipamentos	81,560%	3,410%

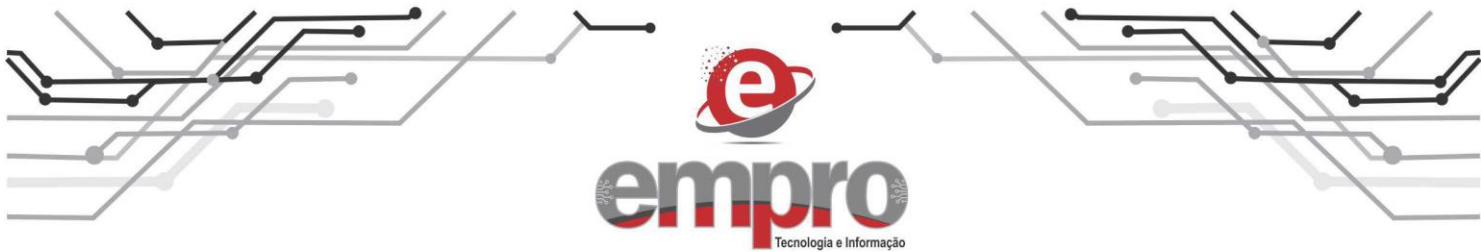


Tabela 1 – Demonstrativo das Despesas Gerais – por ordem de % individual de representatividade.

É possível observar, de acordo com a tabela 1 - segundo o princípio 80/20 de Pareto acima, as Despesas Gerais que representaram 80% de todas as despesas da entidade, ordenadas por % (percentual) de representação individual (da maior para a menor representatividade).

Com relação às Despesas Gerais, foi solicitado, junto à Diretoria Administrativa, justificativa para os referidos gastos terem ficado aproximadamente **32,04%** acima do valor provisionado para todo o exercício, e conforme justificativa: *“a previsão orçamentária pública é realizada e fechada em setembro visando às receitas e despesas do ano seguinte. Como a própria definição dispõe, trata-se de **‘previsão’** buscando equacionar as contas futuras sempre no intuito de balanceamento financeiro e contábil do ente público, mas que, certamente, não tem o condão de definir e engessar providências financeiras e contábeis necessárias ao andamento da empresa durante o ano. Cabe à empresa atender às demandas que lhe são impostas na sua rotina diária, de acordo com a necessidade de seus clientes.”*. E *“... tanto as despesas quanto as receitas mensais da EMPRO foram devidamente aprovadas pelos Conselhos Fiscal e de Administração e consideradas dentro da normalidade administrativa”*.

Com relação a Cursos de Treinamentos fica a ressalva de que a referida despesa representou apenas **3,561%** (três inteiros e quinhentos e sessenta e um milésimos por cento) de todas as despesas. Em comparação ao valor provisionado para treinamentos para o exercício de 2018, o total representa apenas **34,81%** (trinta e quatro inteiros e oitenta e um centésimos por cento).



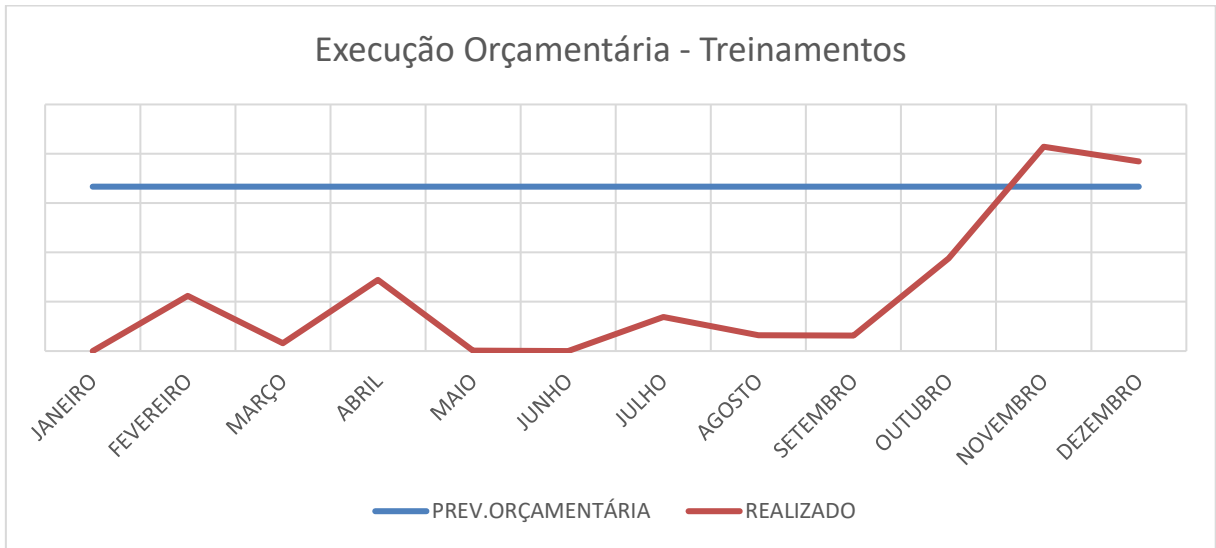


Gráfico 7 – Evolução anual das despesas com cursos e treinamentos

Neste ponto ressalto mais uma vez trecho de sindicância 001/2017 realizada pela empresa, transcrito a seguir:

“...que seja priorizado treinamento e capacitação aos seus funcionários...”.

No acumulado do ano os investimentos representaram apenas **41,45%** (quarenta e um inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) dos investimentos provisionados para o exercício de 2018. O gráfico a seguir demonstra os investimentos realizados ao longo do exercício.

Todos os Direitos Reservados

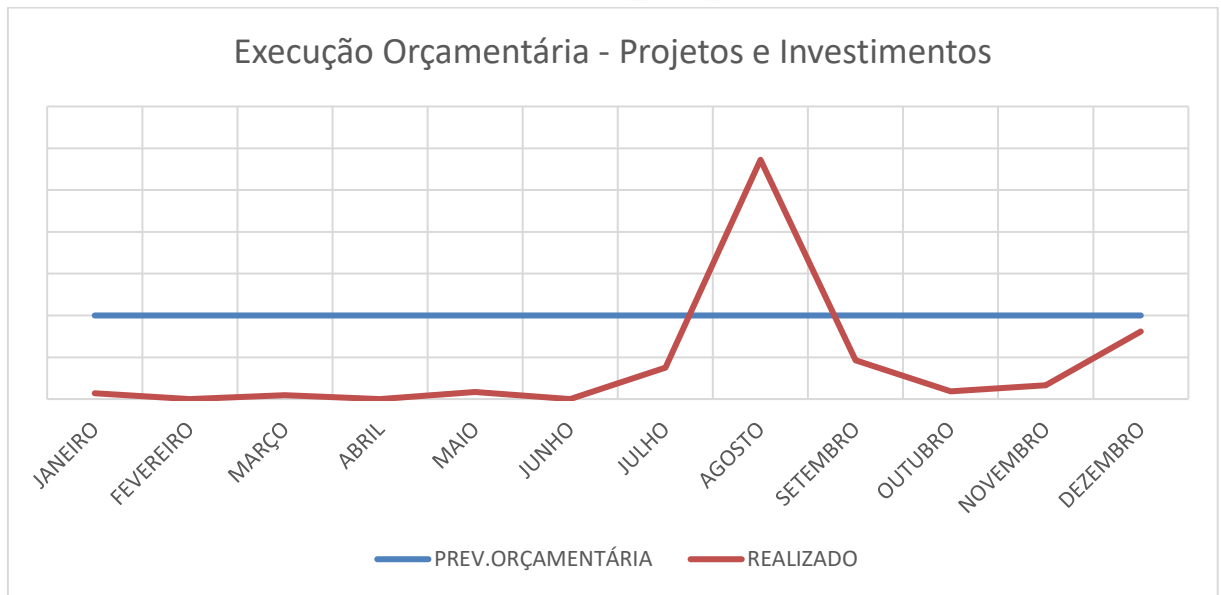
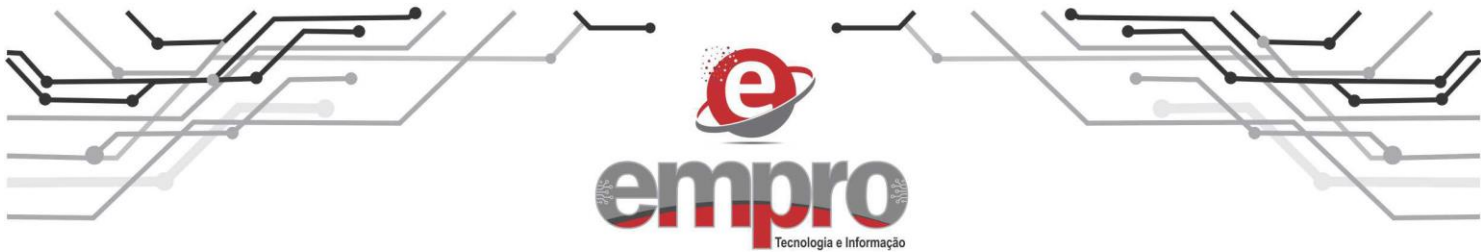


Gráfico 8 – Evolução anual dos investimentos

Quanto ao Planejamento Orçamentário de 2019 os técnicos da empresa realizaram os estudos e sua elaboração, todavia, sem a participação ou orientações deste controlador geral.

Foi solicitado à Consultoria Jurídica parecer sobre a obrigatoriedade do cumprimento fiel da Execução Orçamentária pela EMPRO, conforme parecer jurídico “Segundo o disposto na alínea “b”, § 3º, do art. 1º e no inciso III, do art. 2º, ambos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a EMPRO, em sendo uma empresa pública de direito privado independente, com autonomia administrativa e financeira, nos moldes de seu Estatuto Social (Dec. Municipal n.º 8.376/96, consolidado pelo Dec. Municipal n.º 18.003/18), NÃO possui as três instâncias básicas do processo orçamentário: a Lei Orçamentária, a Lei de Diretrizes e o Plano Plurianual, conforme determinado naquela legislação. ... por seguir o regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, não está adstrita aos moldes/padrões do



orçamento e da contabilidade pública, regulados pelas normas da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, (a Lei de Orçamento), e sim, nos moldes/padrões de orçamento e contabilidade de empresas privadas, ou seja, própria de uma empresa pública independente (Lei Federal nº 6.404/76). Portanto, não se torna obrigatória à EMPRO a elaboração de uma estimativa do impacto orçamentário-financeiro de suas despesas e à adequação com o planejamento municipal (PPA, LDO e LOA) da Prefeitura de São José do Rio Preto (embora acionista majoritária da empresa), porque essa imposição retiraria a sua condição legal de empresa pública de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, aos moldes do inciso II, § 1º, do art. 173, da Constituição Federal, da Lei Municipal nº 4954, de 29 de abril de 1992 e de seu Estatuto Social, tampouco submetê-la às regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, notadamente ao PPA, à LDO e à LOA, uma vez que não dependente de repasses de recursos orçamentários do município de São José do Rio Preto para fazer frente às suas despesas. Tanto é verdade, que o artigo 136 da Lei Orgânica do Município exige para a elaboração de seu orçamento anual, apenas as informações fiscais e de investimento da EMPRO, por simetria constitucional, mas não obriga que a empresa cumpra as mesmas regras de execução orçamentária do próprio ente.

Tecnologia e Informação

Todos os Direitos Reservados

Desta forma, é importante esclarecer ainda que, toda disposição orçamentária, seja ela de cunho público ou privado, por ser anterior ao exercício de efetiva execução, possui um viés dinâmico, a possibilitar eventuais adequações, conforme as nuances dos programas, projetos e atividades a serem desenvolvidos pelo órgão.

Por isso, a empresa pública deve primar por buscar justificativas sobre os seus investimentos, receitas e despesas ora orçados, e fundamentar eventuais correções ao longo do período de execução que se fizerem necessárias.

Página 16 de 50

Empro Tecnologia e Informação

Endereço: Av. Romeu Strazzi, 199, Vila Sinibaldi - CEP 15084-010 - São José do Rio Preto-SP
Telefone: (17) 3201 1200 Home Page: www.empro.com.br E-mail: falecomaempro@empro.com.br



Desse modo, não há limite legal para as correções orçamentárias das empresas públicas, devendo, em cada caso, o gestor obedecer aos princípios da motivação e razoabilidade na execução orçamentária.”.

Portanto, em face das situações já declinadas acima e a redução prevista e observada de receitas para o orçamento de 2019, sugiro mais atenção ao princípio do equilíbrio e da razoabilidade. Também fica a sugestão para busca constante do aprimoramento do planejamento, acompanhamento e gerenciamento com o intuito de sempre buscar a eficiência e a eficácia para um orçamento cada vez mais equilibrado, de modo que me manifesto pela regularidade com as ressalvas já declinadas sobre a gestão orçamentária.

2. GESTÃO FINANCEIRA

Atividades de Controle: analisar a gestão financeira, a redução ou aumento do patrimônio líquido, qual o índice de liquidez corrente e de longo prazo no final do exercício financeiro.

Em relação à Gestão Financeira, temos que os investimentos realizados no **3º Quadrimestre de 2018** foram menores se comparados ao quadrimestre anterior. No acumulado do ano, os investimentos foram abaixo do valor provisionado, representando aproximadamente **41,45%**, conforme já mencionado no item anterior – da Execução Orçamentária. Segundo a Gerência e a Diretoria Administrativa os valores investidos no mês de dezembro referem-se à aquisição de microcomputadores, periféricos e softwares. Com relação ao fato dos valores investidos não chegarem a 50% do valor provisionado, conforme justificativa da Diretoria Administrativa, os Investimentos precisaram ser reduzidos em razão da redução da receita mensal.

Os índices de liquidez imediata e corrente ficaram dentro da normalidade, sendo que o índice de **liquidez imediata** sofreu um ligeiro aumento de **0,73 para 0,83**; e o índice de **liquidez corrente** também sofreu um aumento de **1,36 para 1,97** neste 3º quadrimestre de 2018.

Análise Liquidez e Endividamento			
			3o Quadrimestre de 2018
Liquidez Imediata	disponibilidades	R\$ 1.959.920,64	0,83
	passivo circulante	R\$ 2.373.811,34	
Para cada R\$ 1,00 de dívidas há recursos na ordem de:		0,83	Liquidez Insuficiente
			3o Quadrimestre de 2018
Liquidez Corrente	ativo circulante	R\$ 4.669.730,82	1,97
	passivo circulante	R\$ 2.373.811,34	
Para cada R\$ 1,00 de dívidas há recursos na ordem de:		1,97	Liquidez Suficiente

Imagem 5: cálculo dos índices de liquidez

Abaixo segue gráfico demonstrando a variação dos índices de liquidez ao longo do exercício.

Todos os Direitos Reservados

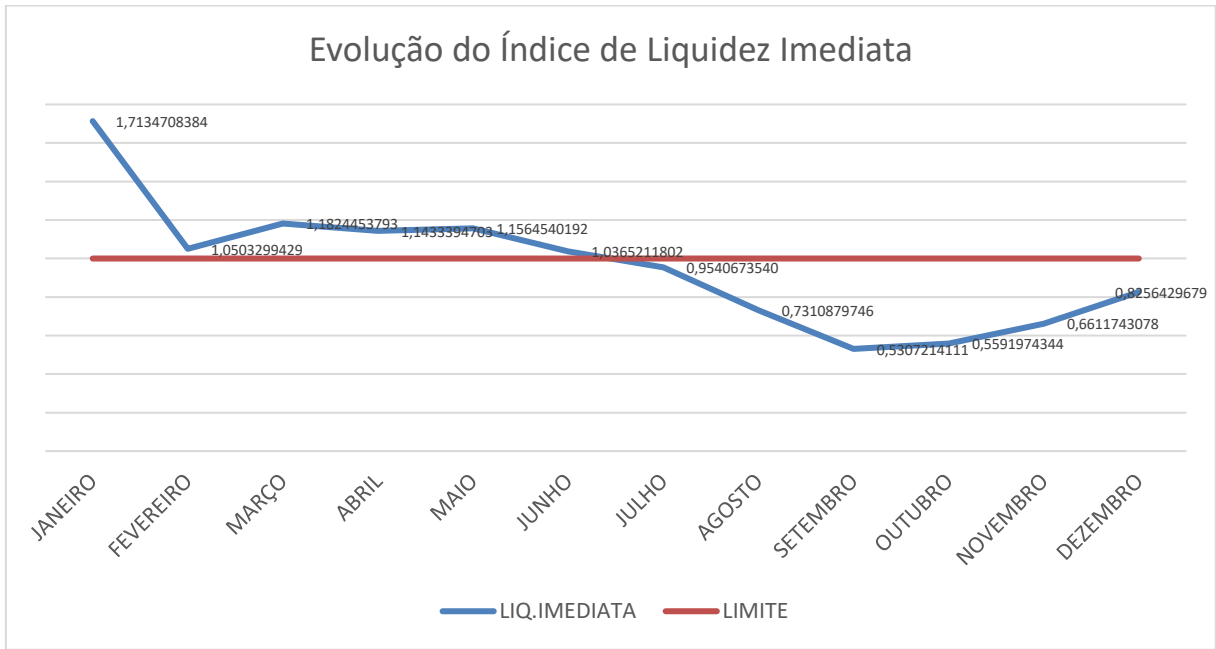


Gráfico 9 – Evolução anual dos índices de liquidez imediata

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
LIQ. IMEDIATA	1,7134708384	1,0503299429	1,1824453793	1,1433394703	1,1564540192	1,0365211802	0,9540673540	0,7310879746	0,5307214111	0,5591974344	0,6611743078	0,8256429679
LIMITE	1,0000000000	1,0000000000	1,0000000000	1,0000000000	1,0000000000	1,0000000000	1,0000000000	1,0000000000	1,0000000000	1,0000000000	1,0000000000	1,0000000000

Tabela 2 – Dados dos índices de liquidez imediata

Tecnologia e Informação

Todos os Direitos Reservados

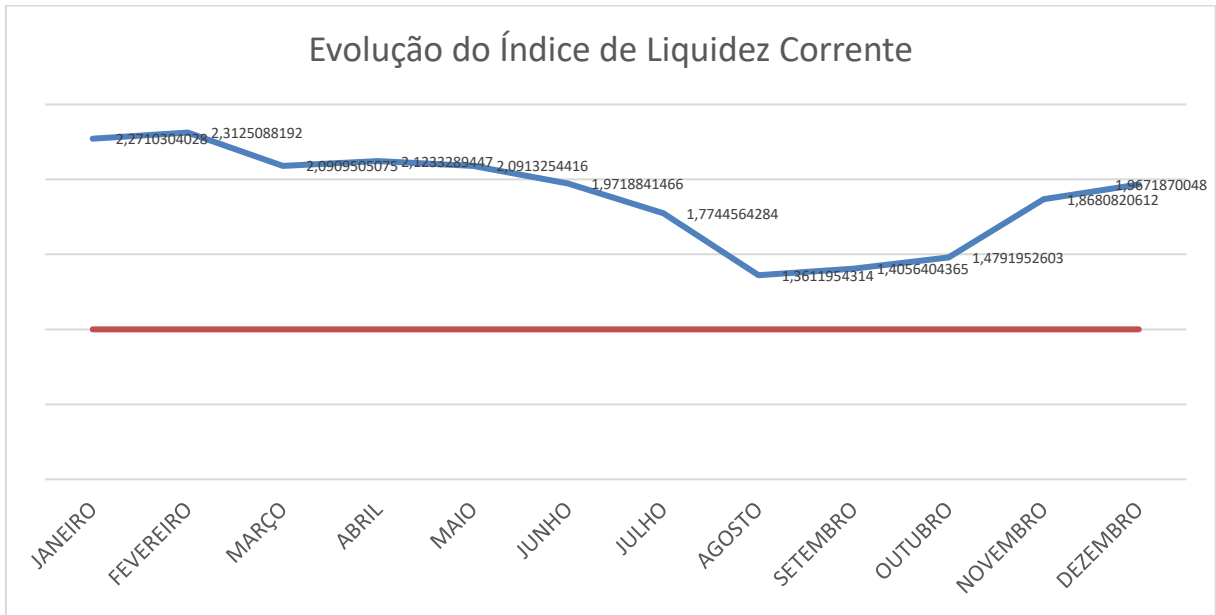


Gráfico 10 – Evolução anual dos índices de liquidez corrente

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
LIQ. CORRENTE	2,271,030,4028	2,312,508,8192	2,090,950,5075	2,123,328,9447	2,091,325,4416	1,971,884,1466	1,774,456,4284	1,361,195,4314	1,405,640,4365	1,479,195,2603	1,868,082,0612	1,967,187,0048
LIMITE	1,000,000,0000	1,000,000,0000	1,000,000,0000	1,000,000,0000	1,000,000,0000	1,000,000,0000	1,000,000,0000	1,000,000,0000	1,000,000,0000	1,000,000,0000	1,000,000,0000	1,000,000,0000

Tabela 3 – Dados dos índices de liquidez corrente

Conforme informações prestadas a este Controlador, as movimentações financeiras foram realizadas seguindo a ordem cronológica de vencimento.

Todos os Direitos Reservados

Porém, segundo informações da Controladora Setorial Administrativa, conforme repassado pela Gerente Financeira e Contábil, neste quadrimestre houve um problema com um fornecedor, que apesar de estar prestando os serviços para a Área Técnica, sem interrupção, não está emitindo as Notas Fiscais nos períodos corretos para pagamento. Conforme justificativa, foram feitas várias cobranças por telefone e e-mail e que não há pagamentos em atraso, uma vez que não houve a emissão de notas fiscais no período. Também, conforme indicado pela Gerência Financeira e Contábil, tal fato não afetou ou afetará a ordem cronológica. Deste

modo, oriento ao Gestor Responsável tomar conhecimento e providências com relação à verificação e aplicação de sanções contratuais que porventura se fizerem necessárias, embora informado o fato de não ter ocorrido interrupção nos serviços fica a sugestão para que seja observado o risco de paralisação dos serviços prestados, o que poderá trazer impactos negativos para a empresa.

A respeito dos riscos da gestão financeira, consta do relatório do controle setorial administrativo e confirmado pela Gerência Financeira e Contábil que não há riscos identificados sem tratativas. O quadro demonstrativo dos riscos identificados para a Gestão Financeira está inserido no tópico 7-GESTÃO OPERACIONAL ADMINISTRATIVA E DE RISCOS.

Nesse quesito, embora o índice de liquidez imediata tenha ficado novamente abaixo de 1,00, o senso comum compartilha o fato de ser considerada normal esta situação, de modo que entendo que a gestão financeira se revelou regular com ressalvas.

Duas colaboradoras da Gestão Financeira realizaram neste quadrimestre o seguinte treinamento: GESTÃO FINANCEIRA EMPRESARIAL.

Treinamento	Referência	Participantes
Gestão Financeira Empresarial	Outubro	02 (duas) colaboradoras

Tabela 4: Treinamentos realizados por colaboradores da gestão financeira

3. GESTÃO CONTÁBIL

Atividade de Controle: verificar a gestão contábil, sobretudo a legalidade e regularidade dos registros contábeis, analisando as rotinas e lançamentos dentro dos prazos estabelecidos e as publicações legais.

Conforme relatado durante o **3º Quadrimestre de 2018**, a Gestão Contábil não demonstrou qualquer irregularidade sobre conteúdo e prazo para os registros contábeis. A cada mês do quadrimestre, foi publicado no site da Transparência Fiscal o Resultado Contábil, cumprindo as obrigações de publicidade e transparência.

Conforme informações prestadas, neste quadrimestre não houve registro de ocorrências de riscos relativos à Gestão Contábil. O quadro demonstrativo dos riscos identificados para a Gestão Contábil está inserido no tópico 7-GESTÃO OPERACIONAL ADMINISTRATIVA E DE RISCOS.

Assim, também aqui meu parecer é de regularidade da gestão da divisão contábil.

4. GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Atividade de Controle: analisar o cumprimento legal dos atos licitatórios das fases interna e externa, os requisitos e exigências da Lei nº 8.666/93 e 13.303/2016, e formalização, execução e fiscalização dos contratos.

Conforme relatado pela Controladora Setorial Administrativa, as Licitações e Contratos, firmados neste quadrimestre, aconteceram dentro da normalidade, e no período foram celebrados **25** (vinte e cinco) contratos, **08** (oito) aditivos contratuais e **01** Aditivo de Convênio (Fulbéas).

MODALIDADE	QUANTIDADE
Pregão Presencial	4
Pregão Eletrônico	16
Contratação Direta	4

Concorrência	1
--------------	---

Tabela 5: Demonstrativo de Modalidades e Quantidades

Foi realizado questionamento por este Controlador com relação ao fato de se observar pregões presenciais e não eletrônicos e a outras modalidades de licitação, uma vez que, de acordo com a Lei 13.303/2016 devem ocorrer apenas pregões ou contratos de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos da Empro Tecnologia e Informação, e, segundo justificativa prestada, trata-se de processos anteriores ao citado regulamento.

Segundo informações prestadas todos os aditivos foram devidamente justificados em seus respectivos processos.

Com relação aos Aditivos contratuais, após um período de transição, principalmente pelas adaptações à Lei 13.303/2016, foi observada novamente por este controlador geral a questão da vantajosidade dos aditivos contratuais, de modo que foi realizado questionamento se fora adotada pelos gestores a sugestão realizada no relatório do 1º quadrimestre de 2017 transcrita a seguir: *“Contudo, cabe ressaltar que embora não haja indícios de que os preços e condições ora aditados estejam em desacordo com os preços e condições atuais praticados no mercado, sugiro para os próximos aditamentos contratuais que a célula providencie documentos relativos à manutenção da vantajosidade dos preços pactuados, com o intuito de se cumprir o disposto no Art. 57, II, da Lei Federal No. 8.666/93, donde se pode extrair: ‘com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração’”*.

Em diligência realizada por este controlador geral, foram verificados aditivos contratuais, por amostragem, onde foi observado o fato de solicitações de renovação

com datas muito próximas ao vencimento dos referidos contratos. De modo que se observa a necessidade imediata de reavaliação dos processos de trabalhos e pontos de controle. E, assim, foi definido pelas Gerências que será elaborado documento, com anuência das Diretorias, criados e modificados procedimentos com o intuito de melhor demonstrar a vantajosidade dos aditivos contratuais e evitar possíveis ocorrências de riscos como a demonstrada no item Gestão Operacional Técnica e de Riscos relativo ao um dos contratos de suporte a um determinado sistema.

Segundo informações, durante o quadrimestre não ocorreram impugnações, todavia, houve **03** interposições de recursos sendo que nenhuma das interposições foi acatada.

Com relação às Compras Diretas também foi questionado pelo Controlador Geral se fora adotada, pelos gestores, recomendação indicada no relatório do 3º quadrimestre de 2017, transcrita a seguir: *“Com relação às Compras Diretas, embora não haja indícios de que as dispensas de licitação tenham sido realizadas em desacordo com Lei, sugere-se que seja acrescentada ao processo de dispensa justificativa para:*

- *Cada duplicidade de CNPJ quando o objeto for diferente;*
- *Para as aquisições rotineiras ao longo do exercício a fim de se evitar fracionamento indevido;”*

Conforme relatado pela Controladora Setorial Administrativa, com base nas informações prestadas pela gerência administrativa e orçamentária e diretoria administrativa, a recomendação foi acatada, segundo informações prestadas foram acrescentadas justificativas e diretrizes de contratação em todos os processos de compras, e também, a pedido da Gerência e Diretoria Administrativa, o sistema denominado SICOM (Sistemas de Compras e Almoxarifado) foi alterado para

realizar o controle de CNPJ, com o intuito de evitar qualquer possibilidade de fracionamento e controlar efetivamente o limite da compra livre previsto na Lei 13.303/2016.

Foram identificadas em data de 10/01/2019 e 19/02/2019, por este controlador geral, ocorrências de contratos e de aditivos do ano de 2018 que deixaram de ser publicados no Portal da Transparência no seguinte endereço eletrônico: <https://www.riopreto.sp.gov.br/portaltransparencia/indexEmpro.jsp>.

Em ambos os casos foi realizada a devida comunicação à Gerência Administrativa e Orçamentária e Diretoria Administrativa para providências. Os referidos contratos e aditivos foram devidamente publicados no site. Conforme informações prestadas a este controlador, todos os contratos e aditivos identificados já haviam sido devidamente publicados (em tempo oportuno) em Diário Oficial do Município e seus extratos de publicação devidamente acrescentados aos respectivos processos. Conforme definição da Gerência Administrativa e Orçamentária e Diretoria Administrativa os processos internos / fluxos de trabalhos estão sendo revistos e aprimorados no intuito de evitar novas ocorrências.

O quadro demonstrativo dos riscos identificados para a Gestão de Licitações e Contratos está inserido no tópico 7-GESTÃO OPERACIONAL ADMINISTRATIVA E DE RISCOS.

Considerando as informações prestadas pela controladora setorial administrativa a este controlador geral, os trabalhos realizados por comissão de licitações devidamente instituída e departamento jurídico para validação dos contratos e aditivos, entendo regulares com ressalvas os procedimentos operacionais no **3º Quadrimestre de 2018**.

5. GESTÃO DE PESSOAL

Atividades de Controle: analisar a regularidade e legalidade dos atos de contratação, nomeação e posse, base cadastral, evolução na carreira, lançamento de encargos e vantagens trabalhistas, exonerações e demissões.

Acerca de exonerações, demissões, admissões, nomeações e afastamentos foram concretizados conforme informações da Controladora Setorial Administrativa:

- Mantém-se 01(um) afastamento de colaborador concursado sem vencimentos.
- Dentre deste quadrimestre não ocorreram admissões e demissões.
- Conforme Portaria 016/2018, fixada em local visível ao público, ocorreu a exoneração de um colaborador de cargo em comissão, a partir de 01/11/2018.
- 01 (um) colaborador esteve em licença saúde desde 16/10/2017 até a data de 30/09/2018, sendo negada a prorrogação do seu afastamento / licença pelo INSS, embora tenha sido negada a prorrogação o benefício foi mantido até 08/10/2018, a partir de 09/10/2018 até 05/12/2018 o colaborador continuou afastado da empresa, entretanto sem remuneração, porém conforme liminar judicial foi realizada pela empresa remuneração ao colaborador. No período de 11/12/2018 a 25/12/2018 esteve novamente afastado sem remuneração, embora para este período está sendo realizado cálculo por perito para um possível pagamento conforme determinação;
- No período de 04/09/2018 a 15/10/2018 ocorreu licença saúde de 01 colaborador;
- No período de 27/11/2018 a 26/12/2018 ocorreu licença saúde de 01 colaborador;



- Não ocorreram licenças maternidade no quadrimestre;
- Ocorreram 03 (três) licenças paternidade no quadrimestre;

Neste quadrimestre, foi acordado o Dissídio Coletivo 2018, de modo que foi paga diferença de R\$ 3,03 (três reais e três centavos) por mês referente ao vale alimentação aos colaboradores. Manteve-se o índice de reajuste salarial em 2,07% já aplicado aos colaboradores no mês de julho de 2018 (conforme informado no relatório do 2º. Quadrimestre de 2018).

Foram pagas **07** (sete) gratificações durante o **3º quadrimestre de 2018**, sendo elas: **03** para a Controladoria (Controlador Geral Interno e Controladores Setoriais), **04** (quadro) para a Comissão de Licitações (o Pregoeiro e Comissão), todas com resoluções prevendo-as;

Não foram registradas no período denúncias contra empregados ou gestores.

Não foram abertas sindicâncias no período.

Na empresa como um todo, dentro deste quadrimestre, foram realizados 07 (sete) treinamentos.

Todos os Direitos Reservados

Conforme informações prestadas pela Gerência Administrativa e Orçamentária, não foram registradas neste quadrimestre a ocorrência de riscos relativos à Gestão de Pessoal.

O quadro demonstrativo dos riscos identificados para a Gestão de Pessoal está inserido no tópico 7-GESTÃO OPERACIONAL ADMINISTRATIVA E DE RISCOS.



Desse modo, conforme informações prestadas pela Controladora Setorial Administrativa, Gerência Administrativa e Orçamentária e Diretoria Administrativa, manifesto-me pela regularidade da gestão de pessoal da empresa.

6. GESTÃO PATRIMONIAL

Atividades de Controle: analisar a gestão e as rotinas de controle de patrimônio, verificando o recebimento de bens, estoque, avaliação, utilização e baixa, bem como os respectivos registros contábeis.

De acordo com as informações prestadas, durante o período, as aquisições e baixa de bens foram geridas pela Comissão de Avaliação de Bens, por meio do sistema de Patrimônio.

Conforme já relatado em relatórios anteriores, a Comissão de Avaliação de Bens, sempre que necessário, faz o levantamento e descarte dos bens inservíveis, para uma melhor otimização do espaço físico, de modo que mantenho a ressalva já proferida em relatórios de quadrimestres anteriores quanto ao disposto no Decreto nº 18.003, de 20 de março de 2018 - Artigo 12 (Estatuto Social da Empresa).

Conforme informações prestadas, neste quadrimestre não foi realizada nenhuma doação ou descarte de bem inservível.

Conforme informações da gerência e da diretoria administrativa, todos os riscos identificados possuem tratativas. Não foi relatada nenhuma ocorrência de risco da gestão patrimonial neste quadrimestre.

O quadro demonstrativo dos riscos identificados para a Gestão Patrimonial está inserido no tópico 7-GESTÃO OPERACIONAL ADMINISTRATIVA E DE RISCOS.

Portanto, tendo em vista o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão instaurada e informações prestadas sobre os registros regulares dos bens adquiridos e baixados, manifesto-me pela regularidade da gestão patrimonial no período.

7. GESTÃO OPERACIONAL ADMINISTRATIVA E DE RISCOS

Atividades de Controle: analisar o cumprimento legal das atribuições funcionais das células, a regularidade da gestão de processos e competências, a legalidade de sindicâncias e processos disciplinares, treinamento e capacitação, avaliação de produtividade e gestão de riscos.

Conforme informações prestadas, os processos operacionais da empresa durante este período foram executados dentro do previsto e de forma regular, porém com algumas ressalvas já observadas em tópicos anteriores.

Não houve a indicação de abertura de sindicância ou Processo Administrativo abertos na Diretoria Administrativa.

Foram realizados os seguintes treinamentos:

Todos os Direitos Reservados

Treinamento	Referência	Participantes
Conferência Nacional do Secretariado	Outubro	02 (duas) colaboradoras

Tabela 6: Treinamentos realizados por colaboradores da área administrativa

Seguem abaixo quadros demonstrativos contendo informações de quantitativos dos riscos identificados / mapeados pelas Gerências: Administrativa e Orçamentária,

Financeira e Contábil e Diretoria Administrativa, seus impactos e probabilidades de ocorrências.

Gestão Financeira:

RISCOS IDENTIFICADOS E COM TRATATIVAS	IMPACTO					
	ALTO	%	MÉDIO	%	BAIXO	%
ALTA	0		0		0	
MÉDIA	0		0		0	
BAIXA	1	50%	1	50%	0	
PROBABILIDADE	1	50%	1	50%	0	

Tabela 7: Riscos identificados da Gestão Financeira

Gestão Contábil:

RISCOS IDENTIFICADOS E COM TRATATIVAS	IMPACTO					
	ALTO	%	MÉDIO	%	BAIXO	%
ALTA	0		0		0	
MÉDIA	0		0		0	
BAIXA	1	100%	0		0	
PROBABILIDADE	1	100%	0	0%	0%	

Tabela 8: Riscos identificados da Gestão Contábil

Gestão de Licitações e Contratos:

RISCOS IDENTIFICADOS E COM TRATATIVAS	IMPACTO					
	ALTO	%	MÉDIO	%	BAIXO	%
ALTA	0		0		0	
MÉDIA	0		0		0	
BAIXA	2	100%	0		0	

PROBABILIDADE	2	100%	0	0%	0%
----------------------	----------	-------------	----------	-----------	-----------

Tabela 9: Riscos identificados da Gestão de Licitações e Contratos

Gestão de Pessoal:

RISCOS IDENTIFICADOS E COM TRATATIVAS	IMPACTO					
	ALTO	%	MÉDIO	%	BAIXO	%
ALTA	0		0		0	
MÉDIA	0		0		0	
BAIXA	3	60%	2	40%	0	
PROBABILIDADE	3	60%	2	40%	0%	

Tabela 10: Riscos identificados de Pessoal

Gestão Patrimonial:

RISCOS IDENTIFICADOS E COM TRATATIVAS	IMPACTO					
	ALTO	%	MÉDIO	%	BAIXO	%
ALTA	0		0		0	
MÉDIA	0		0		0	
BAIXA	1	50%	1	50%	0	
PROBABILIDADE	1	50%	1	50%	0%	

Tabela 11: Riscos identificados da Gestão Patrimonial

Acrescento, neste quesito, uma ressalva quanto à reavaliação constante dos riscos, seus impactos e probabilidades por meio de análise das gerências e diretoria administrativa, uma vez que estes possuem a devida capacidade técnica.

8. GESTÃO OPERACIONAL TÉCNICA E DE RISCOS

Atividades de Controle: analisar a eficiência e a eficácia das atividades, projetos e programas realizados pela Diretoria Técnica, bem como o cumprimento

dos objetivos e metas. Analisar o desenvolvimento e a capacidade operacional dos analistas, e a gestão de riscos.

Com relação ao número de Solicitações de Serviço (SS) abertas e ainda sem solução, mantém-se um número elevado de solicitações, mantendo-se em média como o quadrimestre anterior. As informações foram apuradas em data de 29/01/2019 e estão sendo demonstrados nos quadros abaixo os quantitativos das Solicitações de Serviço da Empresa e as Solicitações de Serviço do Desenvolvimento de Sistemas e Suporte a Sistemas:

SS's abertas - EMPRO	
Situação	Quantidade
Aguardando Cliente	111
Análise Interna	3
Em Andamento	1
Processando	882
TOTAL	997

Tabela 12: demonstrativo do quantitativo de SS's da Empresa

Tecnologia e Informação

SS's abertas – Desenvolvimento e Suporte a Sistemas	
Situação	Quantidade
Aguardando Cliente	4
Análise Interna	2
Em Andamento	0
Processando	579
TOTAL	585

Tabela 13: demonstrativo do quantitativo de SS's do Desenvolvimento e Suporte a Sistemas

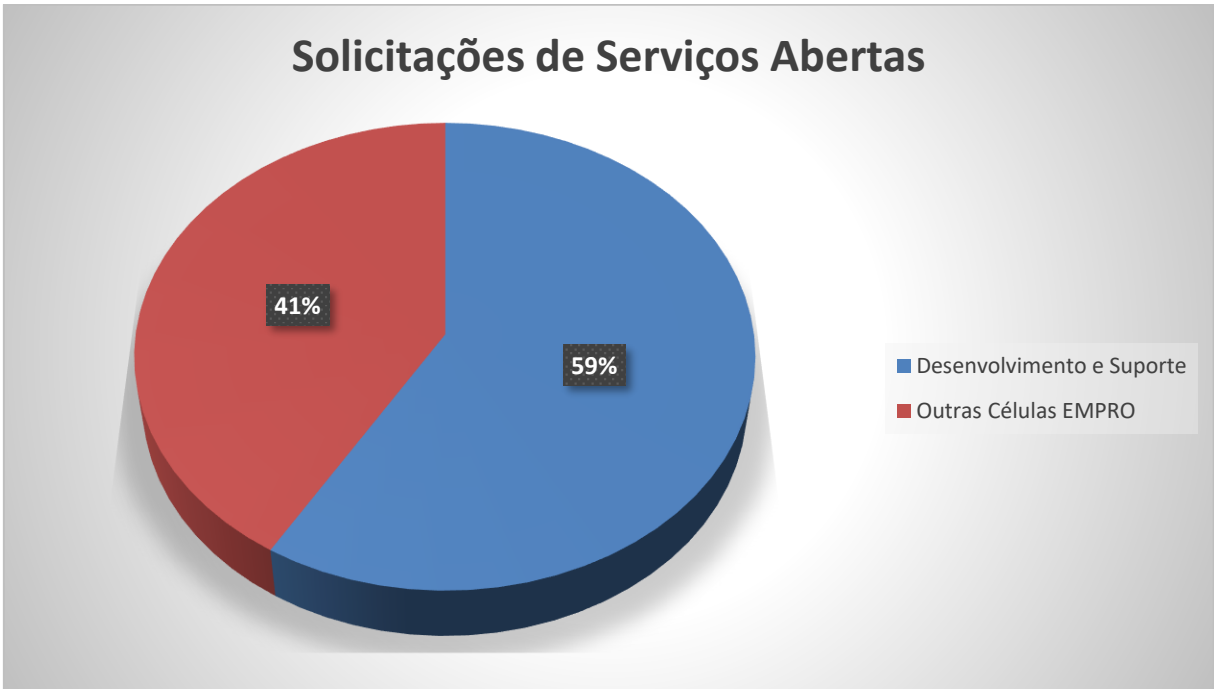


Gráfico 11: Solicitações de Serviços Abertas

Todos os riscos apontados pela Divisão de Desenvolvimento e Tecnologia e Divisão de Infraestrutura estão sendo monitorados; seus registros e ocorrências estão sendo consolidados mensalmente em relatórios criados para o Controle Interno Setorial Técnico, dos quais se extraem, conforme informações prestadas a este controlador, **42** (quarenta e dois) riscos cadastrados e monitorados.

RISCOS IDENTIFICADOS	IMPACTO					
	ALTO	%	MÉDIO	%	BAIXO	%
ALTA	16	38%	1	2%	0	0%
MÉDIA	7	17%	8	19%	1	2%

BAIXA	3	7%	4	10%	2	5%
PROBABILIDADE						
TOTAIS	26	62%	13	31%	3	7%

Tabela 14: demonstrativo da quantidade de riscos em consideração ao impacto e probabilidade

COM TRATATIVAS	COM TRATATIVA PARCIAL DO RISCO	SEM TRATATIVAS
34	1	7
80,95%	2,38%	16,67%

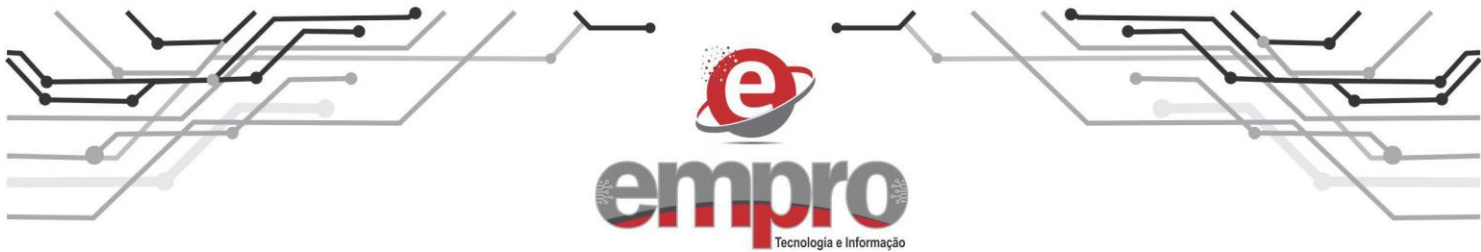
Tabela 15: demonstrativo da quantidade de riscos com tratativas ou não

Riscos apontados como **SEM TRATATIVAS** (7 riscos):

RISCOS SEM TRATATIVAS	IMPACTO					
	ALTO	%	MÉDIO	%	BAIXO	%
ALTA	1	14,29	1	14,29		
MÉDIA	1	14,29	1	14,29		
BAIXA	1	14,29	1	14,29	1	14,29
PROBABILIDADE						
TOTAIS	3	42,86%	3	42,86%	1	14,29%

Tabela 16: demonstrativo da quantidade de riscos em consideração ao impacto e probabilidade

Mantêm-se as considerações postuladas no relatório anterior quanto à reavaliação dos riscos, seus impactos e probabilidades por meio de análise do gerente, uma vez que este possui a capacidade técnica para mensurar o impacto e a probabilidade de forma mais específica. Também fica a ressalva para tratativas com



relação a **1 (um)** risco com Alto Impacto e Alta Probabilidade de ocorrência e que neste quadrimestre está apontado como sem tratativa.

Com relação à segunda fase denominada “Migração dos Servidores de Aplicação”, o prazo estimado e estipulado pela Diretoria Técnica que era até o **final do 2º semestre de 2018** foi estendido pela Diretoria Técnica, ficando definido para **31/03/2019**.

Dando continuidade à migração das aplicações da tecnologia Oracle Forms e Reports, iniciada em **agosto/2018**, neste quadrimestre foram migrados e disponibilizados em ambiente de produção **05** (cinco) sistemas. Conforme exposto pela Diretoria Técnica, devido à grande quantidade de sistemas a serem migrados, o prazo para término dessa atividade continua mantido para o **final do 1º semestre de 2019**.

Com relação à configuração de protocolo seguro nas aplicações, temos que no quadrimestre foram realizados testes em ambiente de homologação, onde quase todos os sistemas estão trabalhando utilizando este protocolo. Restam apenas **03** (três) aplicações a serem configuradas, sendo que uma deverá ser substituída e as outras duas já possuem implementações de novas versões. Será realizada nova verificação no próximo relatório quadrimestral.

No dia **06/09/2018**, foi registrado um ataque a um dos servidores de determinada tecnologia. Como resposta e tratativa ao ataque foram tomadas diversas providências. A vulnerabilidade que permitiu o ataque foi identificada e constava de componente da própria tecnologia. Dessa forma, além das tratativas tomadas, iniciou-se a migração das aplicações que utilizam este componente para uma nova versão com a devida correção da vulnerabilidade.

No dia **30/10/2018**, após a remoção de um filtro em determinada aplicação, foi identificado redirecionamento indevido do usuário ao ambiente de homologação de sistemas. Dessa forma, alguns usuários, realizaram seus trabalhos como se estivessem em ambiente oficial de produção. Foram adotadas providências no sentido de orientação aos usuários, geração de procedimentos para recuperação da informação da base de homologação e “alimentação” da base oficial, foram realizadas as devidas correções no filtro da aplicação, nos ambiente de desenvolvimento e homologação de sistemas foram adotados destaques maiores e mais chamativos para que o usuário possa identificar mais facilmente o ambiente em que se encontra, também foram criados procedimentos para serem executados cada vez que a base não oficial for atualizada não permitindo que os usuários utilizem as aplicações (somente com expressa liberação do ambiente).

Está sendo estudada, pela equipe de Infraestrutura, uma solução para a evolução do atual procedimento e forma de backup, embora já tenham sido feitas readequações. Foi definido como prazo o **primeiro quadrimestre de 2019** para finalização destes estudos com conseqüente mitigação de riscos. Será realizada nova verificação no próximo relatório quadrimestral.

Conforme apontamento realizado pela equipe de infraestrutura, atualmente a EMPRO não possui um *DR Site (Disaster Recovery Site)* para os casos de desastres, por exemplo incêndios, o que pode ocasionar interrupção dos serviços. A Diretoria Executiva analisou e está de acordo com a necessidade de uma solução. A equipe responsável irá iniciar como projeto um estudo e levantamento de custos para implantação da solução para análise da Diretoria. Será realizada nova verificação no próximo relatório quadrimestral.

Conforme apontamento realizado pela equipe de infraestrutura, e em decorrência de se tratar de nós do anel óptico da Infovia, os nobreaks atualmente instalados não permitem o seu gerenciamento remoto, impossibilitando o monitoramento para obtenção de informações sobre o status de operações e ocorrências de faltas de energia nos locais. Tal circunstância pode ocasionar falta de conectividade nos locais (a exemplo Postos e UBS) que são atendidos por ramificações do nó afetado. Está sendo realizado estudo para identificar equipamentos atuais de mercado que melhor atendam a esta necessidade. A estimativa para finalização deste estudo está prevista para o **primeiro semestre de 2019**.

Um outro ponto de alerta, relatado no relatório mensal de gerenciamento de riscos do mês de dezembro de 2018 e encaminhado ao controle interno, diz respeito ao vencimento que ocorreu em 11/12/2018 do contrato de suporte do equipamento que suporta o sistema da área da saúde, não renovado a tempo, de modo que o sistema ficou sem suporte e exposto a risco de interrupção. Conforme relato a equipe responsável solicitou a renovação em 30/11/2018. Dessa forma levo ao conhecimento do gestor responsável para ciência e tomada de providências quanto a reavaliação do processo operacional relativo aos contratos e aditivos.

Foram realizados treinamentos neste quadrimestre:

Treinamento	Referência	Participantes
Evento neurobusiness Summit 2018	Setembro	01 (um) colaborador
Treinamento e Suporte Técnico Data Discovery e Business Discovery	Novembro / Dezembro	10 (dez) colaboradores

Tabela 17 – Treinamentos Realizados pela Área Técnica

9. GESTÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Atividades de controle: analisar a eficiência e a eficácia dos projetos e serviços de tecnologia de informação e comunicação gestados pela empresa, e dos padrões dos sistemas operacionais, dos aplicativos e equipamentos, bem como analisar o cumprimento regular das atribuições das divisões e células da divisão técnica.

De acordo com as informações prestadas pelo Controlador Setorial Técnico, houve cumprimento regular das atribuições da divisão técnica e de suas respectivas células. Não houve indícios ou demonstração de ineficiência ou ineficácia dos projetos elaborados e gestados pela EMPRO.

Os estudos e disseminação dos padrões adotados mantiveram como estimativa de término, definido pela Diretoria Técnica e Gerência, **o início de 2019**.

Foi alterado o prazo estabelecido pela Diretoria Técnica, **final do segundo semestre de 2019**, para as tratativas de ações futuras, como: identificação, mapeamento e institucionalização dos processos de negócios da empresa; institucionalizar a política de segurança da informação. Conforme justificativa da Diretoria Técnica, essa alteração foi necessária devido a ações que estão sendo tomadas, como o estudo para contratação de especialista que auxiliará a Empro na definições necessárias e treinamento de recursos internos para atendimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Com relação à atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, em diligência realizada junto à Diretoria Técnica, nos foi justificado que, devido às atividades referentes à Lei nº 13.303/2016, foi estabelecido novo prazo



para a atualização do Plano para os anos de 2019/2020, alterado para o **primeiro trimestre de 2019**.

10. GESTÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA

Atividades de controle: analisar a eficiência e a eficácia das obrigações e deveres contratuais da empresa relativos à divisão técnica, da avaliação de resultados e metas programados e da segurança de informação.

As considerações postuladas no relatório anterior (**2º Quadrimestre de 2018 e quadrimestres anteriores**) permanecem sem solução ou explicações sobre as orientações, como as questões sobre avaliação de satisfação dos clientes, processos institucionalizados, elaboração de acordos via SLA com clientes, criação de mecanismos de pesquisa para medir o nível de satisfação cliente/usuário e a implantação de uma central de atendimento. Para tratativa dessas considerações foi mantido pela Diretoria Técnica o prazo até o **final do primeiro semestre de 2019**.

A ferramenta Jira passou a ser utilizada por toda equipe de desenvolvimento, devido a sua versatilidade no gerenciamento ágil de projetos, metodologia que está sendo utilizada, também visando à melhora dos processos de trabalho e melhores relatórios que auxiliarão nas tomadas de decisões para as gerências. As licenças do software foram adquiridas através do **Pregão Eletrônico 7641/2018**, ocorrido em dezembro/2018. Devido às integrações com a ferramenta de faturamento, o Sistema Integrado de Apoio ao Desenvolvimento (SIAD) continua sendo utilizado pela equipe em paralelo, até que a integração do Jira seja realizada.

11. CONSULTORIA JURÍDICA

Atividades de Controle: analisar a eficiência e a eficácia das atividades realizadas pela Consultoria Jurídica e a gestão de riscos.



Conforme informações prestadas a este Controlador Geral, todos os riscos identificados estão sendo monitorados e gestados, seus registros e ocorrências estão consolidados mensalmente em relatórios criados pela Consultoria Jurídica, dos quais se mantêm **02** (dois) riscos cadastrados e monitorados.

RISCOS IDENTIFICADOS	IMPACTO					
	ALTO	%	MÉDIO	%	BAIXO	%
ALTA						
MÉDIA						
BAIXA	1	50%			1	50%
PROBABILIDADE						
TOTAIS	1	50%			1	50%

Tabela 18: demonstrativo da quantidade de riscos em consideração ao impacto e probabilidade área jurídica

COM TRATATIVAS	COM TRATATIVA PARCIAL DO RISCO	SEM TRATATIVAS
02	0	0
100,00%	0,00%	0,00%

Tabela 19: demonstrativo da quantidade de riscos com tratativas ou não – consultoria jurídica

Durante o quadrimestre não foram relatadas / registradas ocorrências dos riscos.

Conforme o planejamento e prazo estipulado, **até o final de 2018**, para o cumprimento e tratativa de um dos riscos identificados na consultoria jurídica, foi

informado a este Controlador que foi realizado novo planejamento organizacional do setor de licitações e compras, dessa forma as atividades antes desenvolvidas pela consultoria jurídica foram atribuídas ao Departamento de Licitações e Contratos. Sendo assim houve a redução de 01 (um) risco no monitoramento da área.

Durante o **3º quadrimestre de 2018** a Consultoria Jurídica realizou os seguintes treinamentos:

Treinamento	Referência	Participantes
Consultoria Jurídica IOB Online	Novembro / Dezembro	Toda a Consultoria Jurídica

Tabela 20 – Treinamentos Realizados pela Consultoria Jurídica

12. Parque Tecnológico de São José do Rio Preto e Incubadoras

Atividades de Controle: analisar a eficiência e a eficácia das atividades realizadas na gestão estratégica e gerenciamento, administrativo, contábil e técnica para estruturação e desenvolvimento dos objetivos almejados ao Parque Tecnológico de São José do Rio Preto.

Conforme os Decretos nº. **17.824 de 10 de agosto de 2017 – Art. 1º** e **18.003 de 20 de Março de 2018, Art. 6º**, são finalidades da **EMPRO** com relação ao Parque Tecnológico de São José do Rio Preto e Incubadoras:

Decreto 18.003 de 20/03/2018, Art. 6º - Incisos:

XII – o gerenciamento e gestão estratégica e imobiliária do Parque Tecnológico de São José do Rio Preto e respectivas Incubadoras, já existentes ou a serem criadas no município, com os respectivos planos, programas, projetos e ações;

- XIII** – a realização e incentivo a atividades especializadas relativas ao desenvolvimento tecnológico, científico e de inovação, vinculadas ao Parque Tecnológico de São José do Rio Preto e respectivas Incubadoras;
- XIV** – promover parcerias e acordos de cooperação entre instituições públicas e privadas envolvidas com ensino, pesquisa científica e inovação tecnológica, inerentes aos serviços e infraestrutura de apoio à inovação;
- XV** – incentivar o empreendedorismo público e privado nas áreas de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico, inclusive por meio de apoio à gestão e a outros aspectos, estes últimos desde que atinentes aos limites de atuação que lhe são precípuos e respeitando, em qualquer caso, os princípios constitucionais inerentes à ordem econômica e livre iniciativa.

Durante este terceiro quadrimestre de 2018, foram firmados, conforme informação repassadas a este Controlador Geral pela Gerência e Diretoria Administrativa, **10** (dez) contratos relativos ao **Coworking** e **02** (dois) contratos relativos ao Centro Empresarial.

De acordo com o item **12.1** do Plano de Trabalho (parte integrante do Acordo de Cooperação firmado), conforme informações prestadas, está sendo mantido pela EMPRO o seguinte quadro de funcionários:

Todos os Direitos Reservados

POSTOS	CARGO / FUNÇÃO NO PARQUE TECNOLÓGICO	QUANTIDADE
01	Coordenador	01
03	Porteiros Diurnos	03
03	Porteiros Noturnos	03
01	Serviços Gerais / Jardinagem	01

Tabela 21 – Quadro de funcionários mantidos pela EMPRO



De acordo com o Termo de Cooperação nº 001/2017-SEMPPLAN em sua cláusula 2ª (das obrigações) – Inciso I (DA PREFEITURA) alínea “c”, descrita abaixo:

“Disponibilizar previamente todo o material de escritório e de limpeza necessários aos objetivos do projeto, conforme previsto no Plano de Trabalho”;

E Plano de Trabalho – Item 12.4 (OUTRAS OBRIGAÇÕES – PREFEITURA), descrito abaixo:

“Disponibilizar material de escritório e limpeza necessários aos objetivos do projeto, tais como, mas não se limitando a: papel, caneta, lápis, clips, grampos, extratores, grampeadores, régua, computadores, impressoras, calculadoras, álcool, detergente, sabão, vassouras, rodos, etc.)”.

“Suportar as despesas fixas operacionais, tais como, mas não se limitando a: energia elétrica, água, alarme, monitoramento por vídeo, despesas diversas, viagens e treinamentos, consultoria, telefonia, etc.”.

Ocorre que na DRE (Demonstração de Resultado do Exercício de 2018) da EMPRO foram identificadas na Conta Despesas Gerais lançamentos relativos à:

- *“Despesas de Viagens e Estadias (Pq Tec) ”;*
- *“Material de Escritório – Partec”;*
- *Material de Higiene e Limpeza – Partec “;*
- *Material de Informática – Partec “;*

Tecnologia e Informação

Todos os Direitos Reservados

Em virtude dessas observações, foram solicitados esclarecimentos e justificativas dos lançamentos à Diretoria Administrativa, de modo que transcrevo abaixo o retorno recebido:

“Despesas de Viagem com Willy Goes (empregado da Empro) ”.

“O Plano de trabalho definiu obrigações entre Empro e Prefeitura, sem previsão à época das despesas eventualmente suportadas com os próprios recursos

Página 43 de 50

Empro Tecnologia e Informação

Endereço: Av. Romeu Strazzi, 199, Vila Sinibaldi - CEP 15084-010 - São José do Rio Preto-SP
Telefone: (17) 3201 1200 Home Page: www.empro.com.br E-mail: falecomaempro@empro.com.br



arrecadados mensalmente pelo Parque Tecnológico. Objetiva-se, com o tempo, alcançar a autonomia financeira e contábil do Parque, gerando suas próprias receitas para arcar com suas despesas. No caso mencionado, as despesas foram realizadas **a custo próprio do Parque Tecnológico**, sem utilização ou confusão com recursos da Empro e sem necessidade de acionamento de eventual obrigação da Prefeitura”.

Conforme informações prestadas pela Gerência Administrativa e Orçamentária e Diretoria Administrativa a este Controlador Geral, todos os riscos identificados para o Parque Tecnológico estão sendo monitorados e gestados, seus registros e ocorrências estão consolidados em relatório criado pela gerência e encaminhado ao controle interno, do qual se extrai **01** (um) risco cadastrado e monitorado.

RISCOS IDENTIFICADOS E COM TRATATIVAS	IMPACTO					
	ALTO	%	MÉDIO	%	BAIXO	%
ALTA	0		0		0	
MÉDIA	1	100%	0		0	
BAIXA	0		0		0	
PROBABILIDADE	1	100%	0		0%	

Tabela 22: demonstrativo da quantidade de riscos Parque Tecnológico de São José do Rio Preto

COM TRATATIVAS	COM TRATATIVA PARCIAL DO RISCO	SEM TRATATIVAS
01	0	0
100,00%	0,00%	0,00%

Tabela 23: demonstrativo da quantidade de riscos com tratativas ou não – Parque Tecnológico de São José do Rio Preto

Conforme informações prestadas pela Gerencia e Diretoria Administrativa, durante o quadrimestre não foram relatadas/registradas ocorrências dos riscos identificados e monitorados.

13. Ouvidoria da EMPRO

Atividades de Controle: analisar a eficiência e a eficácia das atividades realizadas pela Ouvidoria da EMPRO no intuito de garantir a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos e da administração pública.

A Ouvidoria da EMPRO foi um espaço criado para propiciar ao cidadão um instrumento para a defesa de seus direitos e de mediação das relações entre a sociedade e a empresa na recepção e no tratamento das manifestações sob a forma de reclamações, denúncias, solicitações, sugestões e elogios. Na condição de mecanismo indutor da participação e do controle social, objetiva contribuir para a valorização da cidadania e para o aperfeiçoamento e integridade da administração pública brasileira.

Durante o mês de dezembro de 2018, foi disponibilizado e publicado no site institucional da EMPRO o e-mail ouvidoria.empro@empro.com.br, para acolhimento das manifestações dos usuários.

Demais canais para o acolhimento de manifestações, especificamente número de telefone 0800 e caixa com formulário físico disponibilizada no balcão da Empro, ainda não haviam sido disponibilizadas até o final do mês de dezembro de 2018. Seus registros e ocorrências serão avaliados no próximo relatório quadrimestral (1º. Quadrimestre de 2019).

Segue abaixo quadro informativo que reflete as informações prestadas pela Diretoria Administrativa:

Manifestações pelo canal de comunicação: **E-MAIL**
ouvidoria.empro@empro.com.br

TOTALS		RECEBIDAS	SOLUCIONADAS / ATENDIDAS
	DENÚNCIAS	0	0
	RECLAMAÇÕES	0	0
	SOLICITAÇÕES	1	1
	SUGESTÕES	0	0
	ELOGIOS	0	

Tabela 24 – manifestações na ouvidoria pelo canal de comunicação e-mail



Gráfico 12 – Tipos de manifestação pelo canal de comunicação e-mail

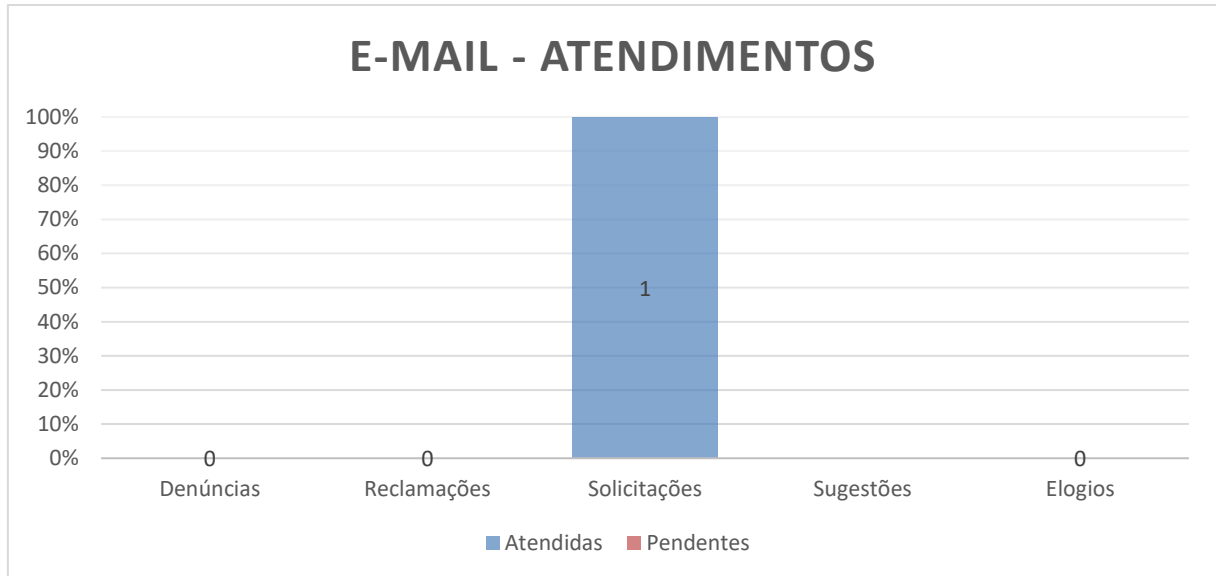


Gráfico 13 – Atendimentos realizados e pendentes por Tipo de Manifestação

Conforme informações prestadas pela diretoria administrativa, foi indicada momentaneamente uma colaboradora na condição de “ad hoc” como responsável pelos contatos de Ouvidoria a fim de suprir o atendimento aos interessados até que haja nomeação formal por portaria.

Foi solicitado apoio à consultoria jurídica no sentido de verificação da aplicabilidade da Lei 13.460/2017 à EMPRO. Conforme informações recebidas pela consultoria, por uma simples interpretação literal do dispositivo, a EMPRO, na qualidade de empresa pública integrante da administração indireta do município, deveria observar as regras instituídas quanto à proteção e defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos.

Com relação à dúvida: a EMPRO presta serviço público? Conforme informações neste sentido tem-se a definição do inciso II, do art. 2º, da referida Lei, o qual define

como serviço público – “atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida por órgão ou entidade da administração pública”, mais uma vez, conforme indicado, por simples interpretação literal do texto, pode-se levar ao entendimento afirmativo, vez que, indiretamente, os sistemas e demais serviços prestados pela EMPRO aos entes Municipais, afetam a vida do cidadão. Também, conforme indicado pela consultoria jurídica, há linha de defesa em sentido contrário, vez que a EMPRO é empresa pública prestadora de serviços de cunho econômico, ou seja, atividades exercidas em igualdade pelo âmbito privado, sujeitando-se às regras de mercado comum.

Em virtude deste imbróglio de interpretação, levo ao conhecimento do Gestor Responsável para conhecimento e providências que entender necessárias.

Até que seja realizada a aprovação do Regimento Interno, sugiro ser prudente, e em prol da transparência e eficiência pública, ter uma portaria designando a servidora ou servidor que assumirá a função de Ouvidor(a), mesmo que temporariamente, e que sejam elaboradas regras de procedimentos internos com o intuito de deixar claro quais ações devem ser feitas, qual o prazo para que seja feita a gestão das manifestações, a quem o colaborador(a) designado(a) temporariamente como ouvidor(a) deve se reportar, de que maneira as informações serão repassadas ao controle interno e como será realizada a devida publicidade.

CONCLUSÃO FINAL

Por todo o exposto, neste terceiro relatório do exercício financeiro de 2018 (3º **Quadrimestre de 2018**), não vejo indícios de má gestão financeira na EMPRO,



sendo apenas necessário observar as ressalvas já declinadas anteriormente, acentuando-se o princípio da eficiência, eficácia e transparência e sugerindo um acompanhamento mais rigoroso das ações.

A execução orçamentária no período apresentou algumas disparidades que não chegaram a comprometer a gestão da empresa, circunstâncias estas justificadas pela Diretoria Administrativa e com parecer jurídico no sentido da fiel execução orçamentária por parte da EMPRO.

Com relação ao aspecto de licitações e contratos, tendo em vista o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão de Licitações devidamente instaurada e informações prestadas pela controladora setorial administrativa, manifesto-me pela regularidade com ressalvas em virtude das ocorrências de publicação dos contratos e aditivos no portal da transparência, mas conforme indicado pela Gerência Administrativa e Orçamentária estão sendo tomadas providências no sentido de aprimoramento e controle do processo operacional de publicação.

No tocante ao aspecto operacional (administrativo e técnico), as considerações também já foram declinadas nos itens anteriores.

Neste último relatório do exercício de 2018, houve a evolução do relatório do controle no sentido de observância de aspectos relativos ao Parque Tecnológico de São José do Rio Preto, sob gestão da EMPRO, e Ouvidoria da EMPRO. As observações foram realizadas nos respectivos itens do relatório e as considerações proferidas.

Sendo isso o que, por ora, me competia externar, entendo que a gestão da empresa deve ser considerada regular, pelo que transmito o presente relatório ao





Diretor Presidente da EMPRO, ao Sistema de Controle Interno da Prefeitura e ao Conselho Deliberativo, dando publicidade do seu conteúdo no sítio eletrônico da empresa.

São José do Rio Preto/SP, 29 de março de 2019.

ANDERSON MANOEL SANCHES

CONTROLADOR GERAL INTERNO DA EMPRO EM EXERCÍCIO



Todos os Direitos Reservados

